

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA

Alice Beatriz Assmann

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO FÍSICA:
apontamentos para uma reflexão acerca da formação profissional**

Porto Alegre

2018

Alice Beatriz Assmann

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO FÍSICA:
apontamentos para uma reflexão acerca da formação profissional**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
Licenciado em Educação Física pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Janice Zarpellon Mazo

Porto Alegre

2018

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha orientadora, Janice Zarpellon Mazo. Gratidão pelos ensinamentos, pelas críticas, pelo incentivo, pelo apoio, pela paciência, pelas trocas.

Agradeço a minha meus pais, minha família, minha base. Agradeço ao meu companheiro, Humberto Mohr, aquele que segue comigo, lado a lado, pelas conquistas e contratempos. Agradeço a todos os meus amigos e amigas, vocês são essenciais para a minha felicidade.

Agradeço aos professores e amigos do curso de Licenciatura em Educação Física da ESEFID/UFRGS. Agradeço aos meus colegas do grupo de pesquisa NEHME. Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade de ensino público e de qualidade.

A todos vocês, a minha Gratidão.

O mundo é salvo todos os dias por pequenos gestos. Diminutos, invisíveis. O mundo é salvo pelo avesso da importância. Pelo antônimo da evidência. O mundo é salvo por um olhar. Que envolve e afaga. Abarca. Resgata. Reconhece. Salva (BRUM, 2006, p. 208).

RESUMO

O interesse e a escolha pelo tema central deste estudo se apresentaram no próprio processo de formação profissional em Licenciatura em Educação Física, por meio das diferentes disciplinas cursadas, entre elas o estágio docente, e os diálogos e experiências suscitadas nesse caminho. Tal percurso nos levou a refletir sobre as lacunas concernentes à educação especial em relação com a formação profissional em Educação Física. Destarte, o objetivo deste estudo é conhecer e refletir sobre a importância de processos de formação de professores para o campo da Educação Especial na Educação Física. Para tal, buscou-se analisar normas e resoluções que regularizam a educação especial na educação básica, bem como, foi empregada uma pesquisa bibliográfica, expondo os diferentes resultados, argumentos e discussões de pesquisadores que tratam do tema em questão. A partir de evidências e conclusões apontadas pela literatura consultada, defende-se a necessidade de maior espaço no currículo acadêmico para o ensino e a aprendizagem de reflexões acerca da Educação Especial na perspectiva da Educação Física escolar e, porque não, em outros espaços sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física, Educação Especial, inclusão, pessoa com deficiência, formação de professores(as).

ABSTRACT

The interest and the choice for the central theme of this study were presented over the process of the vocational training in Licentiate degree in Physical Education, through the different disciplines studied, among them the teaching internship, dialogues and experiences raised on this way. This path has led us to reflect about the gaps concerning Special Education in relation to vocational training in Physical Education. Thus, the objective of this study is to know and reflect on the importance of specific training processes for the field of Special Education in Physical Education. For this, we sought to analyze norms and resolutions that regulate Special Education in Basic Education, as well as, a bibliographical research was used, exposing different results, arguments and discussions of researchers that deal with the subject in question. Based on the evidence and conclusions pointed out in the literature consulted, we defend greater space in the academic curriculum to teaching and learning of reflections about Special Education in the perspective of Physical Education at schools and, why not, in other social spaces.

KEY WORDS: Physical education, Special Education, inclusion, people with disabilities, teacher training.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Gráfico do número de publicações por ano.....	14
Ilustração 2 – Gráfico do número de publicações por bloco.....	19

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estudos do bloco “Percepção de professores na prática escolar”	14
Tabela 2 – Estudos do bloco “Percepção dos alunos na prática escolar”	15
Tabela 3 – Estudos do bloco “Percepção de estudantes de graduação em Educação Física”	16
Tabela 4 – Estudos do bloco “Projeto e propostas”	17
Tabela 5 – Estudos do bloco “Estudos de revisão e análise de documentos”	18

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. PRESSUPOSTOS TÉRICO-METODOLÓGICOS.....	11
2.1 Nosso olhar sobre a Educação Especial.....	11
2.2 Procedimentos metodológicos.....	13
3. EDUCAÇÃO ESPECIAL: apontamentos acerca da norma.....	20
4. EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO FÍSICA: os professores e a prática escolar.....	25
5. EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO FÍSICA: apontamentos acerca da formação profissional.....	29
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	37

1. INTRODUÇÃO

Enquanto modalidade da Educação Básica, a Educação Especial tem por objetivo assegurar a escolarização para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2001). Na perspectiva da educação inclusiva, a Educação Básica e a Educação Especial devem atender a todos e garantir uma educação de qualidade. Tais premissas perpassam todo o contexto escolar, incluindo-se, então, a Educação Física.

A relevância da Educação Física escolar para alunos com deficiência é evidenciada por diferentes autores, como Cunha (2013), que infere que o esporte adaptado como conteúdo da educação física escolar pode auxiliar o processo de inclusão dos alunos com deficiência. Ribeiro (2009) afirma que desenvolver práticas esportivas adaptadas permite a participação de alunos com diferentes tipos de deficiência em aulas inclusivas. Enquanto Brito (2015) reitera que através das aulas de Educação Física adaptada o aluno é motivado a descobrir suas possibilidades e conquistar seu espaço no meio social. Ainda, outros estudos indicam que o desenvolvimento de atividades na perspectiva da Educação Física Adaptada e a discussão acerca da temática da inclusão são ações relevantes tanto para alunos com deficiência, quanto para alunos sem deficiência, promovendo a atribuição de novos sentidos ao debate sobre inclusão e as vivências no espaço escolar (MILAN; SALLES; RODRIGUES, 2017; MAZZARINO; FALKENBACH; RISSI, 2011).

Nesse estudo, toma-se como cerne de reflexão a Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, e a Educação Física, com foco para a formação docente. O interesse e a escolha pelo tema central deste estudo se apresentaram no próprio processo de formação profissional em Licenciatura em Educação Física. Através das diferentes disciplinas cursadas, entre elas o estágio docente, de diálogos e experiências suscitadas nesse caminho, a Educação Especial adquiriu contornos especiais.

Destarte, o objetivo deste estudo é conhecer e refletir sobre a importância dos processos de formação de professores para o campo da Educação Especial na Educação Física. Para tal, buscou-se analisar normas e resoluções que regularizam a Educação Especial na educação básica, bem como, foi empregada uma pesquisa bibliográfica, expondo os diferentes resultados, argumentos e discussões de pesquisadores que tratam

do tema em questão. As informações encontradas foram cotejadas a fim de encontrar congruências e divergências entre a norma vigente e a prática do cotidiano escolar.

A análise dos dados culminou em três capítulos, além da apresentação dos procedimentos teórico-metodológicos empregados nessa pesquisa. O primeiro visa abordar a legislação e as políticas que tratam da Educação Especial, com enfoque para a perspectiva inclusiva. O segundo traz como foco a Educação Física escolar relacionado a esse tema específico, a partir da revisão bibliográfica de estudos que revelam as percepções dos professores e alunos acerca desse campo. O terceiro capítulo busca produzir reflexões sobre a formação no ensino superior em Educação Física, a partir dos estudos consultados e das análises empreendidas. Notadamente, neste item abordamos a formação de professores, suas lacunas e sua importância.

2. PRESSUPOSTOS TÉRICO-METODOLÓGICOS

Neste capítulo buscamos apresentar os pressupostos teórico-metodológicos que sustentam as escolhas e análises empreendidas. Primeiramente, discorreremos sobre as lentes socioculturais que orientam nossas interpretações. Em seguida, expusemos as informações acessadas para a construção desse estudo.

2.1 Nosso olhar sobre a Educação Especial

A Educação Básica, especialmente na modalidade Educação Especial assume o papel de educação inclusiva. Contudo, mesmo preconizada pelos princípios de inclusão, a escola ainda segrega e exclui. A diferença colocada no sentido do não normal, pautada em conhecimentos científicos de manuais que analisam e produzem uma classificação fechada em si, observamos “compreensões e trajetórias escolares empobrecidas e objetivadoras” (VASQUES; MOSCHEN; GURSKI, 2013, p. 92). Diniz e Ferraz (2015, p. 188) sugerem pensar a diferença como “possibilidade de se perceber como sujeito singular, legitimando inclusive a singularidade do outro”.

Vasques, Moschen, Gurski (2013, p. 83) atentam que o “diferente feito desigual é responsável pela desigualdade escolar”. A diferença como desigual pode rotular, classificar, tachar e condenar negativamente uma pessoa. Ela é produzida no discurso, é expressa em palavras ditas e não ditas, é manifestada em olhares. O olhar que duvida, que rejeita, que afasta. É preciso mudar o olhar, atentar às palavras, modificar os discursos. É preciso incluir. Inclusão é mais do que estar, é ser.

Incluir consiste em “oferecer ao conjunto um “em casa para todos”. Sem neutralizar as necessidades, os desejos e destinos singulares e absorvê-los no todo” (GARDOU, 2015, p. 244). Na discussão a respeito da inclusão, a acessibilidade é condição basilar. E, acessibilidade significa, para além das estruturas físicas e materiais, o acesso ao currículo, aos serviços e dispositivos coletivos (GARDOU, 2015). É preciso criar condições de “ser” plenamente nos “espaços comuns de vida” (PLAISANCE, 2015, p. 237). E, como colocam Vasques, Moschen e Gurski (2013, p. 93), “esta é a principal função da escola e das políticas: criar possibilidades de ser”. Logo, cabe também à Educação Física promover e oportunizar possibilidades de “ser” na escola.

A educação inclusiva “implica a presença de todas as crianças em um tronco comum, como membros plenos da comunidade escolar” (PLAISANCE, 2015, p. 236). Diferentemente da perspectiva da integração, em um processo inclusivo não é o aluno que deve se adaptar ao sistema/espço, mas, sim, este estar apto, acessível, à acolhida de todos os alunos, com ou sem deficiência.

Afinada com os direitos humanos, a Escola Inclusiva respeita e valoriza todos(as) os(as) alunos(as), cada um(a) com a sua característica individual e é a base da Sociedade para Todos, que acolhe os sujeitos e se modifica para garantir que os direitos de todos(as) sejam respeitados. No que tange às pessoas com deficiência, a Educação Inclusiva não é uma moda passageira. Ela é o resultado de muitas discussões, estudos teóricos e práticas que tiveram a participação e o apoio de organizações de pessoas com deficiência e educadores(as) no Brasil e no mundo. Fruto também de um contexto histórico em que se resgata a Educação como lugar do exercício da cidadania e da garantia de direitos (DINIZ; FERRAZ, 2015, p. 186).

Diante desses entendimentos, salienta-se a atuação dos professores de Educação Física na escola e, conseguinte, os processos de formação desses docentes para uma prática educativa inclusiva. Entende-se que, assim como destacam Diniz e Ferraz (2015, p. 187) “a formação docente não é nem inicial nem em serviço, ela é processual – ela se faz em continuidade, feito um itinerário de formação que considera a amplitude da educação e dos sujeitos nela envolvidos”. Contudo, a formação inicial, nos cursos de Licenciatura, é uma etapa essencial na constituição de sujeitos pensantes, para a construção de saberes, para o despertar das sensibilidades e o desconstruir de pré-conceitos historicamente naturalizados na sociedade. Enfim, é fundamental na concepção de professor que está constantemente “preparando-se” (DINIZ; FERRAZ, 2015, p. 187).

A partir desses entendimentos, busca-se refletir sobre a formação dos professores de Educação Física no ensino superior, a partir de estudos desenvolvidos acerca da temática da Educação Especial. No tópico a seguir apresentamos os procedimentos metodológicos empregados na busca por atender ao objetivo proposto.

2.2 Procedimentos metodológicos

Este estudo caracteriza-se como um estudo qualitativo, cujas reflexões partem de uma revisão bibliográfica acerca das normas que definem a educação especial e de estudos sobre a temática desenvolvida. Primeiramente, buscaram-se as determinações legais e as políticas públicas que fundamentam a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Após foi realizada uma busca em estudos acadêmicos científicos acerca da Educação Especial na Educação Física, com foco para a formação profissional e a atuação no campo.

Para compor este *corpus bibliográfico* foram realizadas buscas nas bases de dados Scielo e Lilacs em artigos publicados, em português, entre 2008 e 2018. Foi determinado o ano de 2008 como recorte inicial da busca, pois constitui-se como um ano marco para a Educação Especial, devido à publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008; SANTOS; BATISTA 2014). Foi utilizado o indexador “educação física” associado (AND) a um dos seguintes indexadores: “deficiência”, “educação especial”, “pessoa com deficiência”, “inclusão”.

A partir das informações disponíveis nos títulos, nos resumos e nas palavras-chave, os artigos foram incluídos ou excluídos da revisão. Para ser incluído, o artigo deveria fornecer subsídios para a compreensão do objetivo proposto neste estudo. Logo, foram excluídos aqueles que não atendiam a este propósito. Foram selecionados, ao todo, 56 artigos que tratavam da educação física escolar e da educação especial e que poderiam subsidiar as discussões acerca da temática capacitação/ formação de professores de educação física. Para além dos estudos específicos sobre o assunto, entende-se que outras pesquisas podem trazer elementos importantes para a construção de uma visão ampliada sobre a formação/capacitação de professores para atuar com uma educação física na perspectiva da educação inclusiva. Os artigos selecionados foram indexados à plataforma Mendeley Desktop para organização e categorização.

No gráfico a seguir são apresentados o número de publicações selecionadas, ao todo, por ano de publicação:

Ilustração 1 – Gráfico do número de publicações por ano



Os 56 estudos selecionados foram, primeiramente, divididos em cinco blocos conforme os sujeitos/objetos envolvidos, a fim de organizar o processo de revisão e, posteriormente, auxiliar nas análises. A explicação acerca da organização de cada bloco é explicitada abaixo, bem como, são relacionados em tabelas específicas os estudos encontrados.

- a) **Percepção de professores na prática escolar:** agrupa estudos que partem de entrevistas, questionários e/ou observações acerca da prática profissional de professores de educação física no ambiente escolar na perspectiva da educação inclusiva.

Tabela 1 – Estudos do bloco “Percepção de professores na prática escolar”

PERCEPÇÃO DE PROFESSORES NA PRÁTICA ESCOLAR			
Autor(es)	Título	Revista	Ano
GREGUOL, M., MALAGODI, B. M.; CARRARO, A.	Inclusão de Alunos com Deficiência nas Aulas de Educação Física: Atitudes de Professores nas Escolas Regulares	Revista Brasileira de Educação Especial	2018
CARVALHO, C. L. DE, SALERNO, M. B., SILVA, R. DE F.; ARAÚJO, P. F. DE.	Inclusão na Educação Física escolar: estudo da tríade acessibilidade-conteúdos-attitudes	Motrivência	2017
TAVARES, L. M. F. L., SANTOS, L. M. M.; FREITAS, M. N. C.	A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente	Revista Brasileira de Educação Especial	2016
BATAGLION, G. A., SCHMITT, B. D., ZUCHETTO, A. T.; NASSER, J. P.	Atuação e Desenvolvimento Profissional Em Educação Física Adaptada De Alunos Egressos Do Curso De Licenciatura Da Universidade Federal De Santa Catarina.	Kinesis	2016

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J.	Dificuldades e Sucessos de Professores de Educação Física em Relação à Inclusão Escolar	Revista Brasileira de Educação Especial	2016
SOARES, M., ALMEIDA, A. D. E., ARRUDA, V., NETO, D. E. S.; MELO, E. D. E. L.	Alunos com deficiência na escola pública: inclusão de deficientes físicos nas aulas de educação física	REDFOCO	2016
ANDRADE, J. M. A.; FREITAS, A. P.	Possibilidades de atuação do professor de Educação Física no processo de aprendizagem de alunos com deficiência	Movimento	2016
SHMITT, J. A., FRANK, R., BORELLA, D. R., SCHONE, A., DUARTE, A. C., HARNISCH, G. S., STORCH, J. A.	Concepção de professores de Educação Física em relação à qualificação e atuação de alunos com deficiência.	Conexões	2015
SANCHES JÚNIOR, M., CARVALHO, C., SALERNO, M., ARAÚJO, P.	Concepções e práticas da inclusão na educação física escolar: estudo em uma cidade do Brasil	Educación Física y Deporte	2015
FIORINI, M., MANZINI, E. A	Formação Do Professor De Educação Física Para Inclusão De Alunos Com Deficiência.	Póiesis Pedagógica	2014
FIORINI, M. L. S., MANZINI, E. J.	Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor	Revista Brasileira de Educação Especial	2014
JUNG, L. G., MARQUES, A. C., KALINOSKI, A. X., XAVIER, G. B.	Cotidiano da prática de atividade física de crianças e jovens com deficiências da Rede Municipal de Pelotas	Movimento	2013
PEDROSA, V. DOS S., BELTRAME, A. L. N., BOATO, É. M., SAMPAIO, T. M. V.	A experiência dos professores de educação física no processo de inclusão escolar do estudante surdo	Revista Brasileira Ciência e Movimento	2013
RAMOS, V., BRASIL, V. Z., GODA, C., BARROS, T. E. DA S., BOTH, J.	Autopercepção de competência pedagógica de professores de Educação Física no ensino inclusivo	Revista Brasileira Ciência e Movimento	2013
GORGATTI, M. G., ROSE JÚNIOR, D. DE.	Percepções dos professores quanto à inclusão de alunos com deficiência em aulas de educação física	Movimento	2009
FALKENBACH, A. P., BATTISTELI, G., MEDEIROS, J., APELLANIZ, A.	A formação e a prática vivenciada dos professores de Educação Física com a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na escola comum	Temas desenvolvidos	2008

b) Percepção dos alunos na prática escolar: agrupa estudos que partem de entrevistas, questionários e/ou observações acerca das vivências dos alunos na educação física escolar na perspectiva da educação inclusiva.

Tabela 2 – Estudos do bloco “Percepção dos alunos na prática escolar”

PERCEPÇÃO DOS ALUNOS NA PRÁTICA ESCOLAR			
Autor(es)	Título	Revista	Ano
MORGADO, F. F. DA R., CASTRO, M. R. DE, FERREIRA, M. E. C., OLIVEIRA, A. J. DE, PEREIRA, J. G.; SANTOS, J. H. DOS.	Representações Sociais sobre a Deficiência: Perspectivas de Alunos de Educação Física Escolar	Revista Brasileira de Educação Especial	2017
MILAN, F. J.; RODRIGUES, W. DAS N. S. L. B. S.	Educação física adaptada como perspectiva de inclusão: percepção de alunos sem deficiência na educação física escolar.	Conexões: Educação Física, Esporte e Saúde	2017

NACIF, M. F. P., FIGUEIREDO, D. H., NEVES, C. M., MEIRELES, J. F. F., FIGUEIREDO, D. H., PEDRETTI, A.; FERREIRA, M. E. C.	Educação Física Escolar: Percepções do Aluno com Deficiência	Revista Brasileira de Educação Especial	2016
VASCONCELLOS, A. S. DE, FINOQUETTO, L. C., MACHADO, R. B.; FREITAS, D. D.	Inclusão e educação física no município de Rio Grande: reflexões sobre as percepções dos educandos	Movimento	2016
CHICON, J. F., HUBER, L. L., ALBIÁS, T. R. M., SÁ, M. DAS G. C. S.; ESTEVÃO, A.	Educação física e inclusão: a mediação pedagógica do professor na brinquedoteca	Movimento	2016
ALVES, M. L. T., & DUARTE, E.	A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de Educação Física escolar: um estudo de caso	Revista Brasileira de Educação Especial	2014
CHICON, J. F.; SILVA de SÁ, M. das G. C. S.	A autopercepção de alunos com deficiência intelectual em diferentes espaços-tempos da escola	Revista Brasileira Ciência e Esporte	2013
ALVES, M. L. T.; DUARTE, E.	A exclusão nas aulas de Educação Física: fatores associados com participação de alunos com deficiência	Movimento	2013
ALVES, M. L. T.; DUARTE, E.	A participação de alunos com síndrome de Down nas aulas de educação física escolar: um estudo de caso	Movimento	2012
LEHNHARD, G. R., MANTA, S. W., & PALMA, L. E.	A prática de atividade física na história de vida de pessoas com deficiência física	Revista da Educação Física	2012
CHICON, J. F.	Educação física e inclusão: a experiência na Escola Azul	Movimento	2011
MAZZARINO, J. M., FALKENBACH, A.; RISSI, S.	Acessibilidade e inclusão de uma aluna com deficiência visual na escola e na educação física	Revista Brasileira Ciência e Esporte	2011
COSTA, V. B. DA.	Inclusão escolar na educação física: reflexões acerca da formação docente	Motriz	2011
GREGUOL, M.; ROSE JÚNIOR, D. DE.	Aptidão física relacionada à saúde de jovens cegos em escolas regulares e especiais	Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano	2009

c) Percepção de estudantes de graduação em Educação Física: agrupa estudos que partem de entrevistas, questionários e/ou observações acerca das experiências, expectativas e percepções dos alunos de graduação em Educação Física acerca da educação especial na escola na perspectiva da educação inclusiva.

Tabela 3 – Estudos do bloco “Percepção de estudantes de graduação em Educação Física”

PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO EM EFI			
Autor(es)	Título	Revista	Ano
SCHMITT, J. A. et al.	PERCEPÇÃO DOS ACADÊMICOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM RELAÇÃO À FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Kinesis	2015

CARVALHO-FREITAS, M. N. GUIMARÃES, A. C., ROCHA, G. B. D., SOUTO, J. F. SANTOS, L. M. M. DOS.	Características psicossociais do contato inicial com alunos com deficiência	Psicologia e Sociedade	2015
BRASIL, P., ANTUNES, M. M., ESTADUAL, U.	A DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NO RIO DE JANEIRO.	Conexões: Revista da Faculdade de Educação Física Da UNICAMP	2014
GUTIERRES FILHO, P. J. B., MONTEIRO, M. D. A. F., SILVA, R.; VARGAS, C.	Aspectos curriculares da formação universitária em educação física para atuação na educação inclusiva	Pensar à Prática	2014
FERREIRA, E., LOPES, R. G. B., FERREIRA, R.; NISTA-PICCOLO, V. L.	Um olhar sobre a educação física adaptada nas universidades públicas paulistas: atividades obrigatórias e facultativas.	Revista da Educação Física	2013
SALERNO, M. B., CORREIO, J. F. F., SILVA, R. DE F.; ARAÚJO, P. F. DE.	A inclusão educacional sob a ótica dos alunos de graduação em Educação Física	Pensar à Prática	2012
RUSO, R. C. DE T., COUTO, T. H. A. M.; VAISBERG, T. M. J. A.	O imaginário coletivo de estudantes de educação física sobre pessoas com deficiência	Psicologia e Sociedade	2009

d) Projetos e propostas: agrupa estudos que trazem propostas acerca da educação física escolar na perspectiva da inclusão ou projetos que tratam deste tema.

Tabela 4 – Estudos do bloco “Projeto e propostas”

PROPOSTAS E PROJETOS			
Autor(es)	Título	Revista	Ano
FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J.	Estratégias de Professores de Educação Física para Promover a Participação de Alunos com Deficiência Auditiva nas Aulas	Revista Brasileira de Educação Especial	2018
COSTA, C. DE M.; MUNSTER, M. DE A. van	Adaptações Curriculares nas Aulas de Educação Física Envolvendo Estudantes com Deficiência Visual	Revista Brasileira de Educação Especial	2017
LOPES, C. DE C.; FERREIRA, P. DE A.	Construindo um contexto inclusivo na Educação Física: possibilidades por Célestin Freinet	Motrivência	2016
COSTA, C. R., MOREIRA, J. C. C.; SEABRA JÚNIOR, M. O.	Estratégias de Ensino e Recursos Pedagógicos para o Ensino de Alunos com TDAH em Aulas de Educação Física	Revista Brasileira de Educação Especial	2015
REZENDE, L. M. T. DE, MOREIRA, O. C., CALDAS, L. R. R., FREITAS, L. A.; TORRES, J. DE O.	Desempenho psicomotor de pessoas com deficiência após 12 semanas de um programa de Educação Física Adaptada	Revista Brasileira Ciência e Movimento	2015
KALINOSKI, A., JUNG, L., HAX, G., MARQUES, A.; XAVIER, G.	Núcleo Especial do Programa Segundo Tempo na ESEF - UFPel	Revista Brasileira Atividade Física e Saúde	2013
FIORINI, M. L. S., DELIBERATO, D., & MANZINI, E. J.	Estratégias de ensino para alunos deficientes visuais: a Proposta Curricular do Estado de São Paulo	Motriz	2013
SOUTO, M. DA C. D., LIMA, M. G., SILVA, V. F.; HENRIQUE, J.	Integrando a Educação Física ao Projeto Político Pedagógico: perspectiva para uma educação inclusiva	Motriz	2010

- e) **Estudos de revisão e análise de documentos:** agrupa estudos de revisão bibliográfica acerca da temática proposta neste estudo ou que podem subsidiar reflexões acerca desta. Além destas, foram selecionados estudos acerca do fazer científico e de propostas curriculares no ensino superior, que podem subsidiar reflexões acerca da temática.

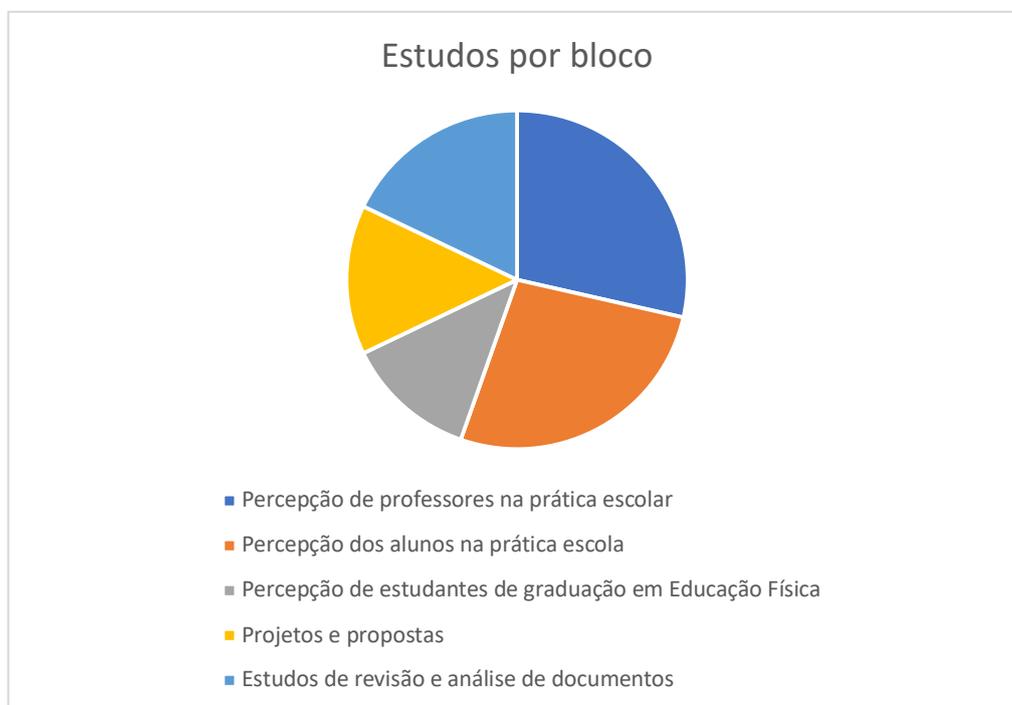
Tabela 5 – Estudos do bloco “Estudos de revisão e análise de documentos”

ESTUDOS DE REVISÃO E ANÁLISE DE DOCUMENTOS – ESCOLA			
Autor(es)	Título	Revista	Ano
MACHADO, R. B.	Políticas de inclusão e a docência em educação física: uma reflexão sobre as práticas	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	2017
DORNELES, F., BEGOSSI, T. MAZO, J.	A pessoa com deficiência intelectual e a formação de professores de Educação Física: uma revisão bibliográfica.	Revista Thema	2017
FIGUEIREDO, R. M. É. DE; KATO, O. M.	ESTUDOS NACIONAIS SOBRE O ENSINO PARA CEGOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	Revista Brasileira de Educação Especial	2015
BORGMANN, T.; ALMEIDA, J. J. G.	Esporte paralímpico na escola: revisão bibliográfica	Movimento	2015
CHICON, J. F., PETERLE, L. L.; SANTANA, M. A. G.	Formação, educação física e inclusão: um estudo em periódicos	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	2014
GUTIERRES FILHO, P. J. B., MONTEIRO, M. D. A. F., SILVA, R.; SILVA, A. J.	Revisão da produção científica internacional sobre crenças, atitudes, opiniões e comportamentos docentes na inclusão em educação física	Liberabit	2012
RECHINELI, A., PORTO, E. T. R.; MOREIRA, W. W.	Corpos deficientes, eficientes e diferentes: uma visão a partir da educação física	Revista Brasileira de Educação Especial	2008

ESTUDOS DE REVISÃO E ANÁLISE DE DOCUMENTOS – ENSINO SUPERIOR			
Autor(es)	Título	Revista	Ano
ALVES, T. E. K., REIS, R. E.; SILVA, M. M..	Panorama da produção do conhecimento em atividade física adaptada nos programas de pós-graduação em Educação Física do estado do Paraná	Motrivência	2018
BARBOSA, D. G., ANDRADE, R. D., MEYER, C., SANTOS, M. DE O., & FELDEN, É. P. G.	Análise Epistemológica de Teses e Dissertações de Dois Programas de Pós-graduação Stricto Sensu da Educação Física Sobre Pessoas com deficiência	Revista Brasileira de Educação Especial	2016
CARMONA, E. K., BERTOLDI, R., MAZO, J. Z., HATJE, M.; PALMA, L. E.	Panorama dos conteúdos de esporte adaptado nos programas de Pós-Graduação <i>strito sensu</i> de Educação Física no Brasil	Cinergis	2016
MAHL, E.; MUNSTER, M. DE A. VAN.	Análise das Dissertações e Teses do PPGEES/UFSCar na Interface Educação Física e Educação Especial	Revista Brasileira de Educação Especial	2015

Através do gráfico apresentado abaixo é possível observar a quantidade de artigos por bloco:

Ilustração 2 – Gráfico do número de publicações por bloco



Salienta-se que, para a escrita dos capítulos desse estudo, foram utilizados estudos para além dos artigos acima referidos, que tratam de processos de inclusão, mas não são específicos sobre educação física. Ainda, foram privilegiados os estudos apresentados nos primeiros blocos. Os capítulos foram construídos tendo por base a análise dos estudos que compõe a revisão bibliográfica e o objetivo que propomos.

3 EDUCAÇÃO ESPECIAL: apontamentos acerca da norma

A Educação Brasileira contempla dois níveis de escolaridade: a Educação Superior e a Educação Básica. Esta última foi instituída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 9394/96, e subdivide-se em três etapas: Educação Infantil (para crianças de 0 - 5 anos de idade); Ensino Fundamental (com no mínimo nove anos de duração); e, Ensino Médio (com no mínimo 3 anos de duração). Para além do corpo inicial do texto da referida Lei, nesses 22 anos de vigência mais de 40 artigos foram modificados (BRASIL, 1996). Dentre tais modificações está o ensino obrigatório que antes abarcava somente o Ensino Fundamental e hoje se estende dos quatro aos dezessete anos de idade, com garantia de oferta para aqueles que não tiveram acesso na idade própria. Quanto às responsabilidades das esferas de governo para com a oferta da educação, cabe à União a organização e manutenção da rede federal, enquanto aos estados cabe o ensino médio e fundamental e aos municípios o ensino infantil e fundamental.

A fim de atender particularidades de populações específicas, existem as modalidades da Educação Básica, a saber: educação de jovens e adultos; educação indígena; educação básica do campo; educação quilombola; e, educação especial para pessoas com deficiência. Este último corresponde ao foco do presente estudo.

A Resolução CEB/CNE N.º 02/2001, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Art. 3º, afirma que

por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, Art. 3º).

Ainda, esta Resolução institui que é dever dos sistemas de ensino “matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2001, Art. 2º, grifos nossos). A palavra “todos”

atesta a obrigatoriedade da matrícula dos alunos com deficiência nas escolas. Para além, o artigo assegura uma educação de qualidade. Todavia, a prática nem sempre segue a regra. Cabe aos sistemas de ensino prover recursos humanos, materiais e financeiros que sustentem e viabilizem o processo de construção da educação para todos (BRASIL, 2001).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) constituem um marco importante para educação especial no Brasil. É resultado de lutas, privações e conquistas das pessoas com deficiência. Documentos importantes nesse cenário, anteriores às referidas Diretrizes e de ordem internacional, são Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência, de 1999, a Declaração de Salamanca, de 1994, e a Declaração Mundial de Educação para Todos, de 1990 (DINIZ; FERRAZ, 2015).

Contudo, no contexto brasileiro, Santos e Baptista (2014) atribuem maior destaque à publicação do documento Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, pois compreendem que sua aprovação estabelece e orienta uma nova conjuntura para a educação especial no Brasil. Este texto “que sustenta o direcionamento da política brasileira para a área, afirmando de forma mais específica que a escolarização do aluno com deficiência deve ocorrer no ensino comum” (SANTOS; BAPTISTA, 2014, p. 247). Esta nova conjuntura está associada à designação da educação inclusiva como perspectiva,

um processo amplo que requer mudanças estruturais na sociedade e, conseqüentemente, na escola, como instituição promotora das formas de sociabilidade. Essas mudanças vão além do campo normativo, pois envolvem concepções de cunho ético, pedagógico e epistemológico com relação à acolhida da diversidade humana, como um processo legítimo e coerente com a ontogenia humana (SANTOS; BAPTISTA, 2014, p. 247).

Importa ressaltar, também, o Decreto n. 7611, de novembro de 2011, que “dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências”, cujo Art. 1º decreta como dever do Estado a efetivação das diretrizes abaixo relacionadas:

I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;

- II - aprendizado ao longo de toda a vida;
- III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;
- IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;
- V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;
- VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e
- VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial. (BRASIL, 2011).

Ainda, o Art. 2º atesta que devem ser providos os serviços necessários para que sejam eliminadas “barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 2011).

Além desta e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), anteriormente citada, destacam-se as Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial¹ (BRASIL, 2009a). Também, destaca-se o Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 (BRASIL, 2009b), que dispõe sobre a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, que dentre as disposições reitera o compromisso com uma nação inclusiva e a construção de um ambiente escolar inclusivo. Ainda, a Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, art. 1º define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica,

baseando-se no direito de toda pessoa ao seu pleno desenvolvimento, à preparação para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, na vivência e convivência em ambiente educativo, e tendo como fundamento a responsabilidade que o Estado brasileiro, a família e a sociedade têm de garantir a democratização do acesso, a inclusão, a permanência e a conclusão com sucesso das

¹ O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ocorrer do como complemento e suplemento ao ensino regular e não em substituição ao espaço escolar, em salas de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (BRASIL, 2009a).

crianças, dos jovens e adultos na instituição educacional, a aprendizagem para continuidade dos estudos e a extensão da obrigatoriedade e da gratuidade da Educação Básica (BRASIL, 2010, Art, 1º).

Ainda, a Seção II das referidas Diretrizes, dispõe sobre a Educação Especial enquanto “modalidade transversal a todos os níveis” de ensino, devendo integrar a educação regular constando no projeto político pedagógico da instituição (BRASIL, 2010, Art. 29º). Assim, o conjunto de textos supramencionados atestam que o processo de inclusão deve acontecer em todos os níveis educacionais.

A perspectiva da inclusão compreende um processo que assegura a acessibilidade à educação para todos, pessoas com e sem deficiência, de forma a equiparar as oportunidades. A acessibilidade estende-se para além das condições do espaço físico, abarcando, também, os recursos materiais e humanos. Segundo Lima (2001, p. 41) “a educação inclusiva implica na criação de alternativas metodológicas que contenha em seus princípios a operacionalização de meios para proporcionar a compactuação das experiências tanto individuais, quanto coletivas”.

Segundo Batista (2015, p. 18), “as redes municipais têm assumido um papel de protagonistas quando discutimos a inclusão escolar”, pois o ensino fundamental compõe a etapa escolar em evidência na escolarização de alunos com deficiência, “consideradas as precariedades da oferta da educação infantil e o desafio de acesso ao ensino médio” (BATISTA, 2015, p. 18). Batista (2015) afirma que os números de matrículas têm apresentado uma elevação contínua no ensino regular, mas “persiste a ação de uma rede de organizações não governamentais que tem tradição na oferta de serviços de educação especial” (BATISTA, 2015, p. 28). Contudo, Rebelo e Kassar (2017) evidenciaram que as matrículas de alunos da educação especial em classes comuns alcançaram em 2016 a porcentagem de 82%. Em contrapartida, as matrículas em classes ou escolas especiais ficou em 18%. Enquanto que em 2007, este número era de 47% em classes comuns, em oposição a 53% em classes ou escolas especiais.

Haas, Silva e Ferraro (2017), analisaram o fluxo escolar dos estudantes com deficiência no estado do Rio Grande do Sul, em 2013, a partir do Censo Escolar da Educação Básica. Os autores (2017, p. 253) evidenciaram que, comparando-se as matrículas desses alunos no ensino comum regular e no ensino exclusivamente especializado, “mais de 3/4 das matrículas (51.742, equivalente a 78,0%), se concentram

em classes do ensino comum regular, contra apenas 14.761 matrículas (22,0%) em escolas especiais ou em classes especiais em escolas comuns”. Ainda, observaram que do total de matrículas de alunos com deficiência em idade de escolarização, 89,4% dos alunos matriculados no ensino comum encontram-se na faixa etária de escolarização obrigatória (quatro aos dezessete anos) (HAAS; SILVA; FERRARO, 2017).

Contudo, apesar das garantias especificadas pela legislação brasileira, Batista (2015) reitera a carência de recursos humanos e materiais na rede de ensino público e afirma que uma das formas de lidar com esta situação é investir “em formação de profissionais, concentrando na rede pública o pessoal qualificado [...] redefinindo as parcerias que possam valorizar a educação especial concebida como conjunto de conhecimentos, profissionais e serviços” (BATISTA, 2015, p. 28). No mesmo passo, compreendemos a importância da formação profissional para a atuação nas escolas, a fim de promover processos de inclusão de alunos com deficiência. No tópico que segue daremos enfoque à educação física, suas limitações e possibilidades no que tange à educação especial, a partir de estudos desenvolvidos sobre a temática.

4 EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO FÍSICA: os professores e a prática escolar

A legislação e as políticas educacionais, a obrigatoriedade da garantia da educação de qualidade para todos e a atenção voltada à perspectiva da educação inclusiva, promoveram transformações – positivas – na prática do cotidiano escolar e, conseqüentemente, na prática do professor de educação física. Correspondente à prática na escola, estudos tem abordado a percepção dos professores com relação ao público alvo da educação especial sob a perspectiva da educação inclusiva. Esse tópico é construído a partir dos resultados e discussões apontados por esses estudos, buscando compreender as limitações, dificuldades e possibilidades nesse campo.

Em estudo de 2009, período que abarca os primeiros tempos da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), Márcia Gorgatti e Dante de Rose Júnior (2009), observaram que professores de Educação Física sustentavam uma percepção negativa no que concerne a inclusão de alunos com deficiência em suas aulas. Quase metade dos professores participantes da pesquisa demonstraram não gostar da ideia de ter alunos com deficiência nas suas aulas. Contudo, afirmavam a pretensão de participar de cursos para aumentar seus conhecimentos acerca da sua atuação para a educação especial. E, acreditavam que era benéfico a participação concomitante de alunos com e sem deficiência nas aulas. Dentre as questões relacionadas a tal pessimismo aparece o sentimento de despreparo em evidência. Ainda, parece que os professores com menor tempo de experiência tinham visões mais positivas quanto aos processos de inclusão.

Gutierrez Filho et al. (2011), revisitaram concepções, opiniões e atitudes docentes associadas à inclusão das pessoas com deficiência nas aulas de Educação Física do sistema regular de ensino e o seu impacto sobre o movimento de inclusão educacional no Brasil, a partir de estudos publicados entre 1994 e 2010. Os autores (2011) analisaram treze estudos e, destes, onze faziam associações com a formação acadêmica dos professores de Educação Física.

Relacionado à carência ou inexistência de disciplinas e formação especializada para a atuação junto às pessoas com deficiência na formação em Educação Física, estava a auto percepção de despreparo para atuação com qualidade na educação inclusiva (GUTIERRES FILHO et al., 2011). Além disso, foi observado que alunos com deficiência

participavam apenas eventualmente das aulas de Educação Física. Contudo, naquele período (1994-2010), os estudos já apontavam que a presença de professores que cursaram a disciplina de educação física adaptada, ou que a tiveram como complementação, era um crescente e isto influenciava no posicionamento favorável à inclusão educacional (GUTIERRES FILHO et al., 2011).

Outra pesquisa bibliográfica buscou analisar a produção e discussão do conhecimento, em cinco periódicos nacionais, sobre a formação de professores de Educação Física, na perspectiva da inclusão, na década de 2000 a 2010 (CHICON; PETERLE; SANTANA, 2014). Os autores (2014) identificaram, assim como o estudo de Gutierrez Filho et al. (2011), manifestações de dúvidas e inseguranças por parte dos professores para atuar com crianças com necessidades educacionais especiais. Ainda, apontam a dificuldade quanto a promoção da inclusão nas aulas.

No mesmo passo, Falkenbach et al. (2008) evidenciaram que para professores de educação física a inclusão era considerada um desafio pedagógico e pessoal, apontando fragilidades acerca da formação inicial e continuada no trato desse conteúdo. Os autores (2008, p. 8) observaram o desenvolvimento de tentativas pedagógicas de inclusão hesitantes, pautadas em “experimentos pedagógicos pessoais, assistemáticos e com avaliação imprecisa”. Dúvidas, inseguranças e preocupação para com a atuação na educação especial, contrastavam com expressões de satisfação pelo aprendizado sobre a inclusão e a relação com os alunos. Greguol, Malagodi e Carraro (2018, p. 42), em estudo publicado dez anos após o de Falkenbach et al. (2008), observaram atitudes semelhantes quanto à inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física: “por um lado receio de não possuir a competência necessária para a atuação adequada, e, por outro, demonstrando clareza sobre os benefícios do processo para todos os alunos”.

Assim como relatam esses estudos, em pesquisa acerca da preparação de professores na educação de alunos surdos, Pedrosa et al. (2013) evidenciaram a carência de experiências e conteúdos acerca desse tema na formação superior. Contudo, os autores (2013) destacam que esta lacuna não parecia afetar a boa relação entre professores e alunos na escola. Para Pedrosa et al. (2013) a experiência docente na escola com a educação especial revela a necessidade de maior atenção para a formação e capacitação de professores de educação física de modo a tornar a perspectiva inclusiva uma realidade.

Tal preocupação é também recorrente em outros estudos como o de Tavares, Santos e Freitas (2016). Segundos os autores (2016), a formação foi percebida por professores de educação física como necessária, mas insuficiente, com disciplinas que não aproximavam teoria e prática.

Costa e Munster (2017), ao abordarem a adaptação curricular para a participação de alunos com deficiência visual, apontaram a inexistência de adequações que permitissem o acesso destes alunos aos componentes curriculares comuns da Educação Física. O estudo de Dorneles, Begossi e Mazo (2017) evidencia as lacunas existentes na formação de profissionais de Educação Física no que concerne ao preparo para atuação junto das pessoas com deficiência e, mais especificamente, do público com deficiência intelectual.

Jung et al. (2013) também apontam que, dentre os professores participantes do estudo, a maioria não teve oportunidades de aprendizado relacionado às pessoas com deficiência em sua formação acadêmica, bem como, relataram a falta de programas de formação continuada. Ressalta-se que os autores (2013) constaram um “forte interesse” dos alunos com deficiência para com as aulas de educação física escolar.

Outra questão levantada no estudo de Gorgatti e de Rose Júnior (2009) era a percepção dos professores quanto à inacessibilidade da estrutura escolar - falta de espaços acessíveis, recursos materiais e humanos – para um trabalho adequado e eficaz. Carvalho et al. (2017b) também evidenciaram a questão da acessibilidade física enquanto uma dificuldade no cotidiano da educação física escolar. Para além disso, apontaram o conteúdo, focado na predominância de jogos e esportes, como um fator que prejudicial à inclusão de alunos com deficiência nas aulas. No mesmo passo, outro estudo apontou que, na percepção dos professores de educação física, os sistemas de ensino não apresentavam suporte pedagógico, infraestrutura e recursos humanos e materiais adequados para a efetivação da educação inclusiva na realidade escolar (SANCHES et al., 2015).

Enquanto Almeida, Souza Neto e Fametro (2016) responsabilizam o personagem do professor pelo “total” desconhecimento, pela falta de interesse e esforço para lidar com as situações imbricadas na educação especial. Brito (2015, p. 9), que também responsabiliza o profissional individualmente pela sua prática, convoca o professor a “sair da sua zona de conforto e desenvolver práticas pedagógicas inclusivas”. Todavia, grande parte dos estudos

consultados, aponta para lacunas que acometem os meios de formação desses professores para atuar com a inclusão de pessoas com e sem deficiência na escola.

Como direito assegurado em lei, a educação deve priorizar a equidade de oportunidades a todos. Logo, a Educação Física deve ser garantida como espaço de aprendizado comum a alunos, com e sem deficiência. Todavia, para efetivar o processo de inclusão na escolar é necessária a atuação de professores preparados para tal.

5 EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO FÍSICA: apontamentos acerca da formação profissional

O provimento de “professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos” (BRASIL, 2001, Art. 8º) por parte das escolares da rede regular de ensino é estabelecido no Art. 8º da Resolução CEB/CNE N.º 02/2001, sendo necessário realizar flexibilizações e adaptações curriculares, promovendo o “educar para a diversidade”. A capacitação e especialização de professores cabe, inicialmente, às instituições de ensino superior. E, nesta questão residem ainda muitas lacunas, como evidenciado nos estudos supramencionados. Esse dissenso, segundo Chicon, Mendes e Silva de Sá (2011), pode estar culminando em um grave problema na Educação Física escolar:

a escola, no processo de inclusão, pode estar formando os alunos para reproduzirem atitudes de segregação de alunos com NEEs por deficiência, tornando natural a não participação deles nas atividades escolares e sociais, mantendo, por dentro do processo de inclusão, a exclusão (CHICON; MENDES; SILVA DE SÁ, 2011, p. 198).

Segundo Nacif et al. (2016) o gosto pela participação nas aulas de Educação Física pelo aluno com deficiência está associado a inclusão deste nas atividades propostas. A inclusão, para além da adaptação das atividades para as possibilidades de todos os alunos, perpassa a percepção de capacidade diante das propostas e o sentimento de pertencimento ao grupo. Quanto a aspectos relacionados a qualidade de vida, segundo os autores (2016), os alunos entrevistados salientaram os benefícios da prática, especialmente, a partir da interação social com os colegas.

Ao encontro dessas informações, porém em condição oposta, Alves e Duarte (2012) evidenciaram que o processo de inclusão de uma aluna com deficiência na Educação Física escolar encontrou barreiras, especialmente, na relação social com os seus pares. Em outro estudo, as autoras (ALVES; DUARTE, 2013) inferem que, segundo as observações e entrevistas realizadas com alunos com deficiência, a percepção de exclusão era vinculada a sentimentos de isolamento social e de inferioridade, além da falta de adaptação das aulas. Chicon e Silva Sá (2013) evidenciaram autopercepções negativas dos sujeitos envolvidos

no estudo, no que concerne ao processo ensino/aprendizagem no ambiente escolar, assim como na Educação Física. Estes estudos reiteram a necessidade da ação consciente e adequada do professor como agente mediador do processo de educação para a inclusão. Ou, como afirmam Chicon et al. (2016, p. 291), é essencial “o olhar sensível e a ação mediadora do professor” a fim de promover mudanças e avanços no sentido da inclusão.

Carvalho et al. (2017a) afirmam que a capacitação dos professores é ponto primordial para a construção da educação inclusiva. Tal formação/ capacitação deveria abranger todas as áreas da educação básica e permitir a inclusão do aluno com deficiência em todas as atividades e disciplinas referentes ao seu período letivo, como nas aulas de educação física. Alguns estudos apresentam apontamentos interessantes com relação à importância dos processos de formação de professores de educação física em consonância com a educação na perspectiva da inclusão. Dentre eles, Carvalho et al. (2017a) salientaram que a ampliação do conhecimento dos professores de educação física sobre as diversidades, resultou em processos de adequação das atitudes e o fomento à participação de todos. Gutierrez Filho et al. (2011), na mesma direção, apontaram que a percepção de competência parecia estar diretamente relacionada a disponibilidade para uma ação eficaz.

“O que fazer” e “como fazer” foram as indagações mais evidenciadas no estudo de Fiorini e Manzini (2014b). Dentre as dificuldades encontradas estava o planejamento adequado da aula a fim de atender a todos os alunos, com e sem deficiência. Fiorini e Mazini (2014a; 2014b) inferem que as dificuldades de planejamento se referem, dentre outros motivos, a carência de experiências práticas. Isto reforça a necessidade de uma formação que associe teoria e prática, a fim de planejar uma aula com objetivos, conteúdos, estratégias e recursos acessíveis a uma aula para alunos com e sem deficiência. A partir disso, os autores (2014b, p. 399) estabelecem algumas discussões necessárias para a formação dos professores, como:

- a) planejamento da aula: planejar, inicialmente, para o conjunto da turma e, em seguida, avaliar se a forma planejada atende às peculiaridades dos alunos com deficiência ou se é necessário realizar mudanças (ABREU, 2009);
- b) seleção dos conteúdos e atividades para turmas em que há alunos com e sem deficiência: jogos cooperativos (OLIVEIRA, 2009); jogos e brincadeiras populares (CHICON, 2005); jogos, esportes e atividades recreativas diversificadas (LIEBERMAN, 2002);
- c) aprendizagem global versus

aprendizagem por partes (CIDADE; FREITAS, 2009); d) tipos de instrução: orientação verbal, demonstração, assistência física, Braille (LIEBERMAN, 2002); e) adaptações: na instrução, nos materiais, no espaço físico, nas regras, nas estratégias (LIEBERMAN, 2002) (FIORINI; MANZINI, 2014b, p. 399).

Para além, os autores (2014b) salientam a importância da formação profissional fomentada tanto por instituições de ensino superior, quanto pelas secretarias de educação e pelos setores administrativos das escolas. Ramos et al. (2013) sugerem que a falta de “conhecimentos de caráter mais conceitual ou científico, dependente em parte de entidades de investigação pedagógica ou educacionais e dos processos formais de formação inicial ou continuada”, embaraçam a compreensão e a difusão mais apropriada do entendimento de inclusão. Salerno et al. (2012, p. 389-390) salientam a grande contribuição da disciplina específica voltada para a educação especial nos cursos de Educação Física “na formação desses futuros educadores, pois a partir dela estar-se-á discutindo a temática da inclusão, possíveis dúvidas, formulando novas idéias, refletindo sobre as possibilidades e as limitações desse processo”.

Louzada (2017) aponta para a necessidade de revisão dos fundamentos teórico-práticos que orientam a formação de professores na área da educação física. Outros pontos destacados em estudos acerca da temática referem-se à insuficiência da disciplina ou do tema específico no currículo de formação (SCHMITT et al, 2015a; NASCIMENTO et al, 2007; FLORES; KRUG, 2010). Chicon, Peterle e Santana (2014) salientam o avanço que a introdução de disciplinas específicas – como Educação Física Adaptada ou outras, a depender da instituição – para a formação dos professores. Contudo, atentam que “por mais que a disciplina contribua para a formação do indivíduo, ainda assim é evidenciada pelos professores a necessidade de uma complementação” e atribuem à formação continuada grande papel nesse quadro (CHICON; PETERLE; SANTANA, 2014, p. S842).

Em um estudo com discentes de Educação Física no estado de Santa Catarina, Gutierrez Filho et al. (2014) apontam que discentes de educação física participantes do estudo buscam formação “através de ações docentes isoladas e com carências de recursos físicos, humanos e metodológicos, gerando assim, fragilidades que afetam a formação universitária para atuação inclusiva” (GUTIERRES FILHO et al., 2014, p. 93). Esta busca pode indicar que existe, por parte dos alunos de graduação em Educação Física, o interesse por maiores conhecimentos acerca da temática.

Schmitt et al. (2015a) salientam que as universidades precisam rever suas disciplinas, seus projetos de pesquisa e extensão, seus preceitos, para que os futuros profissionais acumulem maiores experiências e vivências com esta população. Sobre isso, Bataglion et al. (2016, p. 78) inferem sobre a contribuição positiva de um programa de extensão universitária relacionado à temática, fomentado em paralelo com o ensino e com a pesquisa, “não só na formação inicial de acadêmicos do curso de Educação Física, mas também na trajetória de suas carreiras profissionais”.

Os resultados de Schmitt et al. (2015b, p. 10) apontam que as principais dificuldades encontradas na prática escolar são “proporcionar práticas pedagógicas adequadas” e “conhecer as características da deficiência”. Para Moura et al. (2014), apesar dos professores da disciplina de educação física adaptada possuírem experiência no esporte adaptado, as aulas ainda carecem de atividades práticas de intervenção. Sugerem, então, atividades em parceria com instituições ligadas às pessoas com deficiência. Nascimento et al. (2007), inferem que a disciplina oferecida na formação superior, que abrange estes conhecimentos, deveria buscar amenizar os distanciamentos entre teoria e prática docente na educação especial. Uma forma de reduzir este distanciamento é seguir as orientações do Art. 11º da Resolução de 2001. Neste recomenda-se

às escolas e aos sistemas de ensino a constituição de parcerias com instituições de ensino superior para a realização de pesquisas e estudos de caso relativos ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, visando ao aperfeiçoamento desse processo educativo (BRASIL, 2001, Art. 11º).

Todavia, esta parece ser uma demanda que ainda carece de mais atenção. Para além das lacunas e limitações referentes a formação de licenciados em Educação Física, Carmona et al. (2016) inferem que os conteúdos sobre atividade física adaptada e esporte adaptado ainda carecem, também, de mais espaço na pós-graduação *stricto sensu* (CARMONA et al, 2016).

Fomentar a Educação Física na perspectiva da educação inclusiva requer posicionamento e atitudes dos diferentes âmbitos envolvidos. É preciso aguçar o olhar e compreender as lacunas, as dificuldades e as potencialidades no campo. Afinal, assim como afirmam Sanches Júnior et al. (2015), os decretos podem abrir espaços, contudo

“quem terá de dar conta da mudança de mentalidade, do engajamento, da prática, serão preliminarmente as agências formadoras e as próprias unidades dos sistemas de ensino”.

Fiorini e Manzoni (2016), evidenciaram que o olhar voltado para as possibilidades e capacidades dos alunos, ao invés de mirar nas suas limitações, culminavam em dinâmicas mais favoráveis aos processos de inclusão. Para Andrade e Freitas (2016, p. 1173), ações pedagógicas eficazes na educação física para uma educação inclusiva podem ocorrer quando os alunos “são compreendidos pela via das possibilidades socioculturais, e não, somente, pelo olhar biológico, que naturaliza e limita tanto as ações dos professores para ensinarem, como as oportunidades para os alunos aprenderem”. É preciso educar o olhar para a inclusão. Russo, Couto e Vaisberg (2009), atentam que o ensinar de atitudes e posturas inclusivas parte da busca pelo respeito à alteridade.

Considerações importantes para pensar a formação do professor de educação física são apresentadas por Carvalho-Freitas et al. (2015). Segundos os autores (2015, p. 218):

A mediação realizada com o auxílio do conhecimento produzido, dos professores e das próprias pessoas com deficiência se revelou o mais importante alicerce para que os futuros professores pudessem repensar suas ações, deslocar sua percepção da deficiência para as possibilidades das pessoas com deficiência e discutir a questão da deficiência como fruto de uma desvantagem gerada pela atual organização social e do conhecimento. Todavia, a referida formação precisa considerar a articulação entre pensamento, emoção e ação para produzir mudanças.

O referido estudo (CARVALHO-FREITAS et al. 2015, p. 218) afirma que para que ocorra tal articulação é necessário a mediação “por novos conhecimentos e pela presença de professores que auxiliem na reflexão sobre seus sentimentos, dificuldades e estratégias adotadas para lidar com alunos com necessidades educacionais especiais” no ensino superior universitário. Os processos que permeiam a escolarização e a educação “encontram-se atrelados à compreensão do educador, da escola e das instituições em relação aos sujeitos que educam e aos serviços que prestam” (VASQUES; MOSCHEN; GURSKI, 2013, p. 83).

Modificações e avanços foram empreendidos com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, de 2001, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, dentre outras medidas legais, programas sociais e iniciativas de grupos em defesa dos direitos das pessoas com

deficiência. Tais medidas devem garantir o direito à educação, com “acesso irrestrito à escolarização. Os direitos à igualdade e à diferença reorganizam os serviços, os conceitos e os profissionais da escola” (VASQUES; MOSCHEN; GURSKI, 2013, p. 91).

Contudo, superar um processo socialmente incorporado requer medidas que vão muito além de decretos e portarias. Isto não significa diminuir a importância da esfera legal, muito pelo contrário. É imprescindível assegurar os direitos de todo o cidadão, especialmente daqueles que por tanto tempo foram relegados a viver sob a margem da sociedade. No entanto, modificações concretas na realidade das pessoas em situação de deficiência exigem muito mais da sociedade e de cada um.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na escola, as crianças e os jovens devem ser incumbidos pelo sentimento de pertencer, de ser, de ser alguém no mundo. As políticas inclusivas devem equiparar as condições para que o “ser” seja possível a todos. Os professores são os agentes que irão produzir e organizar as ferramentas para a construção do “ser”.

Enquanto futuros professores de Educação Física na escola – esse lugar permeado tanto pelas diretrizes internas quanto pelas composições do seu entorno e pelas normas que o definem – precisamos atentar para as necessidades, os desafios e as possibilidades desse lugar e do nosso papel nesse espaço. E, o local privilegiado para a formação dos agentes – professores – são as instituições de ensino superior. Logo, é imprescindível refletir sobre essa formação.

Como é possível observar das pesquisas citadas nesse estudo, muitos professores e acadêmicos de educação física concordam quanto à importância dos processos de inclusão na escola, para todos os alunos. Ainda, estudos apontam que existe interesse, por parte destes profissionais e dos futuros professores, pelo aprimoramento dos conhecimentos e das experiências nessa temática. Assim, parece plausível assumir uma postura de defesa por maior espaço nos cursos de graduação em Educação Física que para as discussões acerca da Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva.

Atualmente, o currículo da graduação em Educação Física Licenciatura da ESEFID/UFRGS possui apenas uma disciplina obrigatória que abarca especificamente a Educação Especial, chamada “Fundamentos da Educação Física Especial”. Para além do oferecimento de eventuais “Tópicos Especiais” que abordam a temática do esporte adaptado como disciplinas eletivas, consta a “Intervenções pedagógicas e necessidades educativas especiais”. Esta, obrigatória para alguns cursos de licenciatura da Universidade, apresenta caráter eletivo para a Licenciatura em Educação Física da UFRGS. Consideramos que se trata de uma disciplina essencial e que deveria ser estimulada para os alunos do curso de Educação Física também.

Salienta-se, também, nosso posicionamento em prol da Educação Física especial como assunto transversal em todas as disciplinas do curso. Ainda, o fomento a experiências teórico-práticas. É preciso uma ação conjunta dos setores administrativos, dos docentes e

discentes do curso, para que a educação inclusiva seja uma realidade na Educação Física escolar.

Não se trata de pensar que a formação em nível superior irá solucionar todos os problemas ou abarcar todas as possibilidades. Compreende-se que a formação docente é um processo permanente de aprendizados. Contudo, isto não diminui a responsabilidade das instituições para com os processos educativos e os professores que formam. Logo, é preciso um constante refletir sobre a nossa realidade, sobre o nosso fazer e sentir no mundo.

A partir de evidências e conclusões apontadas pela literatura consultada, sustenta-se, então, a necessidade de maior espaço no currículo acadêmico para o ensino e a aprendizagem de reflexões acerca da Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, na Educação Física.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. A.; SOUZA NETO, V. A.; MELO, E. L. ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA PÚBLICA: INCLUSÃO DE DEFICIENTES FÍSICOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **REDFOCO**, v. 3, n. 1, p. 55–67, 2016.

ALVES, M. L. T.; DUARTE, E. A participação de alunos com síndrome de Down nas aulas de educação física escolar: um estudo de caso. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 237–256, 2012.

ALVES, M. L. T.; DUARTE, E. A exclusão nas aulas de Educação Física: fatores associados com participação de alunos com deficiência. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 117–137, 2013.

ANDRADE, J. M. A.; FREITAS, A. P. de. Possibilidades de atuação do professor de Educação Física no processo de aprendizagem de alunos com deficiência. **Movimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 4, 2016.

BATAGLION, G. A.; SCHMITT, B. D.; ZUCHETTO, A. T.; NASSER, J. P. Atuação e desenvolvimento profissional em Educação Física Adaptada de alunos egressos do curso de Licenciatura da Universidade Federal de Santa Catarina. **Kinesis**, v. 34, n. 1, p. 62–83, 2016.

BATISTA, C. R. Educação Especial e Políticas de Inclusão Escolar NO Brasil: Diretrizes e Tendências. In: BAPTISTA, Claudio Roberto (Org.). **Escolarização e deficiência: configuração nas políticas de inclusão escolar**. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015. p. 17-30.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 de setembro de 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 4, de 02 de outubro de 2009: diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 de outubro de 2009a.

BRASIL. **Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009**. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Capes no fomento a programas de formação inicial e continuada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. 2009b.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010: diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica, **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jul. 2010.

BRASIL, **Decreto n. 7611, de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. 2011.

BRITO, J. C. P. Prática pedagógicas em Educação Física Adaptada: inclusão do aluno cadeirante. **Omnia Saúde**, v. 2, n. 2, p. 1-11, 2015.

BRUM, E. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006.

CARMONA, E. K.; BERTOLDI, R.; MAZO, J. Z.; HATJE, M.; PALMA, L. E. Panorama dos conteúdos de esporte adaptado nos programas de Pós-Graduação strito sensu de Educação Física no Brasil. **Cinergis**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 157-161, abr./jun. 2016.

CARVALHO-FREITAS, M. N.; GUIMARÃES, A. C.; ROCHA, G. B. D.; SOUTO, J. F.; SANTOS, L. M. M. CARACTERÍSTICAS PSICOSSOCIAIS DO CONTATO INICIAL COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA. **Psicologia e Sociedade**, v. 27, n. 1, p. 211–220, 2015.

CARVALHO, C. L. de; SALERNO, M. B.; PICULLI, M.; ARAÚJO, P. F. de. A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR: reconstruções por intervenção na formação inicial. **Motrivivência**, v. 29, n. 50, p. 153-169, maio/2017a.

CARVALHO, C. L. de; SALERNO, M. B.; SILVA, R. de F. da; ARAÚJO, P. F. de. Inclusão na Educação Física escolar: estudo da tríade acessibilidade-conteúdos-attitudes. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. especial, p. 144-161, 2017b.

CHICON, J. F.; MENDES, K. A. M. O.; SILVA DE SÁ, M. G. C. Educação física e inclusão: a experiência na Escola Azul. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 04, p. 185-202, 2011.

CHICON, J. F.; SILVA DE SÁ, M. G. C. A autopercepção de alunos com deficiência intelectual em diferentes espaços-tempos da escola. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 35, n. 2, p. 373–388, 2013.

CHICON, J. F.; PERETLE L. L.; SANTANA, M. A. G. Formação, educação e inclusão: um estudo em periódicos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, n. 2, p. S830-S845, 2014.

CHICON, J. F.; HUBER, L. L.; ALBIÁS, T. R. M.; SILVA DE SÁ, M. G. C.; ESTEVÃO, A. Educação física e inclusão: a mediação pedagógica do professor na brinquedoteca **Movimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 279–292, 2016.

COSTA, C. M.; MUNSTER, M. A. Adaptações Curriculares nas Aulas de Educação Física Envolvendo Estudantes com Deficiência Visual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, n. 3, p. 361–376, 2017.

CUNHA, Leonardo Miglinas. **O Esporte Adaptado como Conteúdo Nas Aulas De Educação Física**. 2013. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Centro de Educação Física e Desporto da Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

DINIZ, M.; FERRAZ, C. I. Diferença, diversidade e formação docente: contribuições da psicanálise à discussão da inclusão. **Educação**, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 185-192, 2015.

DORNELES, F.; BEGOSSI, T.; MAZO, J. Z. A pessoa com deficiência intelectual e a formação de professores de Educação Física: uma revisão bibliográfica. **Revista Thema**, v. 14, n. 2, 2017, p. 262–273.

FALKENBACH, A. P., & LOPES, E. R. Professores de educação física diante da inclusão de alunos com deficiência visual. **Pensar a prática**, v. 13, n. 3, 2010.

FALKENBACH, A. P.; BATTISTELI, G.; MEDEIROS, J.; APELLANIZ, A. (2008). A formação e a prática vivenciada dos professores de Educação Física com a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na escola comum. **Temas desenvolvimento**, v. 16, p. 56–60, 2008.

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 3, p. 387–404, 2014a

FIORINI, M.; MANZINI, E. Formação Do Professor De Educação Física Para Inclusão De Alunos Com Deficiência. **Poiesis Pedagógica**, v. 12, n.1, p. 94–109, 2014b.

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Dificuldades e Sucessos de Professores de Educação Física em Relação à Inclusão Escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 1, p. 49–64, 2016.

FLORES, P. P.; KRUG, H. N. Formação em Educação Física: um olhar para a inclusão escolar. **EFDeportes.com**, Buenos Aires, ano 15, n. 150, 2010.

GARDOU, C. Ninguém tem a exclusividade do patrimônio humano e social. O movimento inclusivo. **Educação**, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 239-246, maio-ago. 2015.

GORGATTI, M. G.; ROSE JÚNIOR, D. de. Percepções dos professores quanto à inclusão de alunos com deficiência em aulas de educação física. **Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, 119–140, 2009.

GREGUOL, M.; MALAGODI, B. M.; CARRARO, A. Inclusão de Alunos com Deficiência nas Aulas de Educação Física: Atitudes de Professores nas Escolas Regulares. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 11, p. 33–44, 2018.

GUTIERRES FILHO, P. J.; MONTEIRO, M.; SILVA, R.; VARGAS, C. Concepções, opiniões e atitudes docentes associadas à inclusão da pessoa com deficiência na Educação Física: Uma Revisão Da Produção Científica Brasileira. **LIBERABIT**, v. 17, n. 1, p. 19–29, 2011.

GUTIERRES FILHO, P. J. B.; MONTEIRO, M. D. A. F.; SILVA, R.; VARGAS, C. R. Aspectos curriculares da formação universitária em educação física para atuação na educação inclusiva. **Pensar a prática**, v. 17, n. 1, p. 81–99, 2014.

HAAS, C.; DA SILVA, M.; FERRARO, A. R. Escolarização das pessoas com deficiência no Rio Grande do Sul ante o direito à educação. **Educação e Pesquisa**, v. 43, n. 1, p. 245–262, 2017.

JUNG, L. G.; MARQUES, A. C.; KALINOSKI, A. X.; XAVIER, G. B. Cotidiano da prática de atividade física de crianças e jovens com deficiências da Rede Municipal de Pelotas – RS **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 207–226, 2013.

LIMA, S. M. T. EDUCAÇÃO FÍSICA E ESCOLA INCLUSIVA. In: Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada. **TEMAS EM EDUCAÇÃO ADAPTADA**. Curitiba: SOBAMA, 2001.

LOUZADA, J. C. de A. **INCLUSÃO EDUCACIONAL**: em foco a formação de professores de Educação Física. 2013. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2017.

MAZZARINO, J. M.; FALKENBACH, A.; RISSI, S. Acessibilidade e inclusão de uma aluna com deficiência visual na escola e na educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, n. 1, p. 87–102, 2011.

MILAN, J. F.; SALLES, W. N.; RODRIGUES, L. B. S. Educação física adaptada como perspectiva de inclusão: percepção de alunos sem deficiência na educação física escolar. **Conexões**: Educação Física, Esporte e Sociedade, Campinas, v. 15, n. 4, p. 432-451, 2017.

MOURA, D. L.; CHAN-VIANNA, A. J.; ANTUNES, M. M.; ALMEIDA, J. J. G. A. Disciplina Educação Física Adaptada nos cursos de graduação no Rio de Janeiro. **Conexões**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 1-12, 2014.

NACIF, M. F. P.; FIGUEIREDO, D. H.; NEVES, C. M.; MEIRELES, J. F. F.; FIGUEIREDO, D. H.; PEDRETTI, A.; FERREIRA, M. E. C. (2016). Educação Física Escolar: Percepções do Aluno com Deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 1, p. 111–124, 2016.

NASCIMENTO, K. P.; RODRIGUES, G. M.; GRILLO, D. E. G.; MERIDA, M. M. A formação do professor de educação física na atuação profissional inclusiva. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 6, n. 3, 2007.

PEDROSA, V. DOS S.; BELTRAME, A. L. N.; BOATO, É. M.; SAMPAIO, T. M. V. A experiência dos professores de educação física no processo de inclusão escolar do estudante surdo **Revista Brasileira Ciências do Movimento**, v. 21, n. 2, p. 106–115, 2013.

PLAISANCE, Eric. Da educação especial à educação inclusiva: esclarecendo as palavras para definir as práticas. **Educação**, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 230-238, 2015.

RAMOS, V.; BRASIL, V. Z.; GODA, C.; BARROS, T. E. DA S.; BOTH, J. Autopercepção de competência pedagógica de professores de Educação Física no ensino inclusivo. **Revista Brasileira Ciências do Movimento**, v. 21, n. 2, p. 123–134, 2013.

REBELO, A. S.; KASSAR, M. C. M. Escolarização dos alunos da educação especial na política de educação inclusiva no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v.11 n.1, p.56-66, 2017.

RIBEIRO, S. M. **O ESPORTE ADAPTADO E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**. 2009. 196 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas Metodista de Piracicaba, 2009.

RUSSO, R. C. T.; COUTO, T. H. A. M.; VAISBERG, T. M. J. A. O imaginário coletivo de estudantes de educação física sobre pessoas com deficiência. **Psicologia e Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 250–255, 2009.

SALERNO, M. B.; CORREIO, J. F. F.; SILVA, R. DE F.; ARAÚJO, P. F. A inclusão educacional sob a ótica dos alunos de graduação em Educação Física. **Pensar a prática**, v. 15, n. 2, p. 380–392, 2012.

SANTOS, K. S.; BAPTISTA, C. R. Novos 'referenciais' cognitivos e normativos para a política nacional de educação especial no Brasil. **Práxis Educacional**, v. 10, n. 16, p. 15–33, 2014.

SANCHES JÚNIOR, M. L.; CARVALHO, C. L.; SALERNO, M. B. Concepções e práticas da inclusão na educação física escolar: estudo em uma cidade do Brasil. **Educación Física y Deporte**, v. 34, n. 1, 2015.

SCHMITT, J. A.; FRANK, R.; BORELLA, D. R.; HARNISCH, G. S., STORCH, J. A. Percepção dos acadêmicos de Educação Física em relação à formação profissional para atuação junto à alunos com deficiência. **Revista Kinesis**, v. 33, n 1, 2015a.

SCHMITT, J. A.; FRANK, R.; BORELLA, D. R.; SCHONE, A.; DUARTE, A. C.; HARNISCH, G. S., STORCH, J. A. Concepção de professores de Educação Física em relação à qualificação e atuação junto de alunos com deficiência. **Conexões**: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 13, n. 1, p. 1-19, jan./mar. 2015b.

TAVARES, L. M. F. L.; SANTOS, L. M. M. dos; FREITAS, M. N. C. (2016). A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 4, p. 527–542, 2016.

VASQUES, C. V.; MOSCHEN; S.; GURSKI, R. **Entre o texto e a vida**: uma leitura sobre as políticas de educação especial, Educação em Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 81-94, jan./mar. 2013.